

Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira: a Zona da Mata pernambucana resiste

Agroecología y ecología del conocimiento deconstruyendo el proyecto colonial de agricultura brasileña: la Zona Forestal de Pernambuco resiste

Emely Christine Sulino de Melo *

Monica Cox de Britto Pereira * 

Resumo

A agricultura moderna brasileira com base no modelo capitalista homogeneiza os processos de construção do saber e invisibiliza os mais variados conhecimentos presentes nos territórios camponeses. Em contraponto, diversas experiências tem como base a Agroecologia e tem referência na ecologia de saberes como elementos na valorização dos sujeitos, dos saberes, das experiências e como forma de resistir ao sistema capitalista colonial. Uma dessas experiências se configura no Assentamento Nova Canaã, localizado no município de Tracunhaém, na Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. A pesquisa visa compreender como a Agroecologia e a ecologia de saberes no Assentamento Nova Canaã se contrapõem ao modelo de agricultura colonial desde as famílias camponesas assentadas, através da verificação do contexto histórico do projeto colonial na Zona da Mata de Pernambuco; identificação das práticas de agricultura dentro do Assentamento Nova Canaã. Bem como, análise dos processos de resistências e os saberes dos/as camponeses/as assentados/as. Os resultados evidenciam que apesar da produção de cana-de-açúcar ainda dominar a Zona da Mata de Pernambuco, a Agroecologia e ecologia de saberes constituem como processos que levam à ruptura do projeto colonial de agricultura perpetuada no território.

Palavras-chave: Agroecologia; assentamentos rurais; ecologia de saberes.

Resumen

La agricultura brasileña moderna basada en el modelo capitalista homogeneiza los procesos de construcción del conocimiento e invisibiliza los más variados saberes presentes en los territorios campesinos. En contraste, varias experiencias se basa en la Agroecología y tiene referencia en la ecología del saber como elementos de valorización de sujetos, saberes, experiencias y como forma de resistencia al sistema capitalista

* Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, PE, Brasil.
E-mails: emelychristinegeo@gmail.com; monicacoxbp@gmail.com

colonial. Una de esas experiencias se configura en el Asentamiento Nova Canaã, ubicado en el municipio de Tracunhaém, en la Zona Forestal de Pernambuco, Brasil. La investigación tiene como objetivo comprender cómo la agroecología y la ecología del saber en el Asentamiento Nova Canaã se oponen al modelo de agricultura colonial de las familias campesinas asentadas, a través de la verificación del contexto histórico del proyecto colonial en la Zona Forestal de Pernambuco; identificación de prácticas agrícolas en el Asentamiento Nova Canaã. Bien como, análisis de procesos de resistencia y saberes de los/las campesinos/as y colonos/as. Los resultados muestran que a pesar de que la producción de caña de azúcar sigue dominando la Zona Forestal de Pernambuco, la Agroecología y la ecología del saber constituyen procesos que conducen a la ruptura del proyecto colonial de agricultura perpetuado en el territorio.

Palabras claves: Agroecologia; asentamientos rurales; ecología del conocimiento.

Introdução

A agricultura brasileira convencional tem suas bases fundamentadas, historicamente, em processos de exploração, subordinação e controle de terras e pessoas. Esses processos fazem parte de uma herança colonial que tem como alicerce a concentração de terras e os latifúndios. No presente trabalho considera-se o conceito de colonialidade, entendendo-se a relação de poder sobre o povo ou nação que é construída a partir da implicação de que o mundo nunca foi descolonizado completamente (QUIJANO, 2007). Nesse sentido, a colonialidade permanece estruturada em nossa sociedade: “Longe de ser algo irrelevante, a colonialidade é um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade” (CRUZ, 2017, p. 15). Esse processo gerou padrões sociais, econômicos e políticos que refletem na sociedade atual, criando uma relação direta na extinção e invisibilização dos diversos saberes, sabores e sementes presentes nas comunidades tradicionais (DILGER et al., 2018).

Dessa forma, em meio a esse “legado” colonial, diversos marcos na história da agricultura brasileira apoiam, ainda mais, a consolidação desse modelo explorador dentro dos territórios. Um desses é a chamada Revolução Verde, que iniciou na década de 1960 com o objetivo introduzir os “pacotes tecnológicos”, incentivando a mecanização no campo, a partir de uma produção voltada aos monocultivos, ao uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes modificadas, como forma de modernizar a agricultura, tornando-a dependente das bases da indústria, conforme Pereira (2012) detalha em

verbete da Revolução Verde no Dicionário de Educação do Campo. Esses procedimentos trazem consigo uma série de mazelas ecológicas, sociais e políticas, assim como a negação dos conhecimentos e das práticas milenares das agricultoras e agricultores que tinham sua própria forma de fazer agricultura. Segundo Dilger et al. (2018), essa concepção de desenvolvimento traz consigo a ideia de progresso e de um processo único que não pode ser interrompido, como modelo ideal a ser seguido mundialmente. Trata-se de um projeto político e econômico desenvolvimentista cuja prioridade é expandir o agronegócio em todo território nacional. Assim, observa-se que há uma estrutura de desenvolvimento voltada para artificialização da natureza, através de suas inúmeras ações de modernização e tecnicismo agrícola. Deste modo, a agricultura brasileira tem se apoiado em um modelo capitalista que tem o lucro como único objetivo de produção.

Em Pernambuco esse processo de desenvolvimento pautado na exploração agrícola como base econômica se deu de maneira rápida, servindo até de inspiração para os estados vizinhos. A imposição do cultivo de cana-de-açúcar em larga escala na região foi baseada na geografia que favorecia o desenvolvimento da produção, visto que o solo, clima e a posição geográfica facilitavam a expansão da cana e o escoamento para exportação, seja pela terra, seja pelo mar. Reconhece-se que, foi imposto um único saber, uma única cultura que acabaram por sobrepor as outras agriculturas já existentes e que foram silenciadas pela colonialidade, conforme sinaliza Silva e Pereira (2020, p. 372) “Nesse sentido, reforça-se que tal modelo de desenvolvimento desconsidera os saberes, o modo de vida e as cosmologias daqueles que fazem agricultura há mais de dez mil anos – camponeses e camponesas.”

Nesse sentido, diversas experiências vêm pautando a Agroecologia como importante perspectiva para resgatar os saberes, bem como suporte para pensar caminhos para agriculturas alternativas ao agronegócio. A Agroecologia vai se estruturando, não só como um modelo de base ecológica da agricultura, mas sim como um modo de vida que respeita os princípios da natureza, valoriza as pessoas, experiências e território, a geração do bem viver e a relação diferenciada entre sociedade e natureza.

Outro aspecto teórico-metodológico importante que busca a contraposição desse paradigma dominante na agricultura é a Ecologia de Saberes. Esta concepção surge como forma de valorizar os diversos saberes que estão dentro dos territórios e que por muito

tempo foram invisibilizados e tratados como inexistentes. Nessa perspectiva, a ecologia de saberes vem procurando resgatar os saberes e práticas desvalorizadas, deixadas de lado durante os processos coloniais e da difusão do sistema capitalista. Conforme Carneiro et al. (2017, p. 72): “A ecologia de saberes propunha, como referencial metodológico para a realização da pesquisa, a superação e a dicotomia sujeito-objeto, buscando, portanto, tornar o conjunto de sujeitos envolvidos na pesquisa como protagonistas do processo em seu conjunto”.

Diante do cenário apresentado acima, foram surgindo algumas inquietações sobre como o sistema colonial, historicamente, tem oprimido as comunidades que praticam outro tipo de agricultura. Nesse sentido, surgiram alguns questionamentos: Como desconstruir um sistema colonial arraigado na sociedade? Quais os caminhos e as estratégias? Quem já vem desconstruindo? Como a Agroecologia e a ecologia de saberes podem contribuir nesse processo? A partir disso, a pesquisa foi estruturada de forma que pudesse inspirar e dar força na luta contra essa agricultura que subalterniza os camponeses e camponesas e impõe um modelo único para a agricultura.

A pesquisa foi apoiada na observação participante proposta por Carlos Rodrigues Brandão, na qual o trabalho de campo é compreendido como uma vivência, troca e relação produtora de conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa se deu tendo como base a observação participante, conforme ressalta Brandão (2007, p. 14): “Em primeiro lugar, porque se faz estando pessoalmente no lugar e observando e compreendendo aquilo que está acontecendo, por participar da vida cotidiana das pessoas”. A observação participante permitiu que se criasse uma relação não hierarquizada, multilateral de troca, possibilitando uma inserção mais aprofundada nas práticas e no dia-dia. Assim, as pesquisas de campo foram realizadas de maneira cuidadosa, construídas por meio de uma relação mútua entre a pesquisadora com os assentados e assentadas, tendo participado desde caronas solidárias à disponibilidade de abrigo em suas residências. A disponibilidade dessas pessoas para conversas e para acompanhamento nos percursos dentro do Assentamento também contribuiu muito para a concretização do trabalho.

A pesquisa teve a abordagem qualitativa como forma de garantir a promoção dos processos, subjetividades, valores, significados e experiências não mensurados por números. Assim considerados aspectos que Minayo (1993) elenca como importantes: “Ou seja, ela trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações,

das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 1993, p. 21). Estes aspectos foram, assim, proporcionados pelo trabalho de campo. Ao mesmo tempo, foi realizada uma revisão bibliográfica das categorias gerais do trabalho, assim como uma análise documental de materiais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram feitas seis pesquisas de campo na qual foram entrevistados(as) dez assentados/assentadas e dois agentes pastorais que acompanharam o Acampamento/Assentamento.

Nos trabalhos de campo, foram realizadas algumas entrevistas semiestruturadas, nas quais, foram pensados previamente temas e perguntas para a entrevista, entretanto, essas se deram de forma a buscar a promoção de um diálogo mais fluido, respeitando o tempo dos/das entrevistados/das e possibilitando a inserção de outros temas e perguntas. A escolha desse formato foi feita como forma de garantir a liberdade de abordagem de outros assuntos que vão surgindo a partir da entrevista. Foram feitas também visitas acompanhadas por assentados e assentadas em estruturas do Assentamento Nova Canaã: parcelas, igrejas, casas, sede da associação, área de preservação permanente e reserva legal, bem como visitas aos Assentamentos vizinhos (Assentamentos Ismael Felipe e Chico Mendes).

Agroecologia e ecologia de saberes: caminhos para uma transformação social.

Diante dos desafios impostos pela sociedade moderna de superexploração da terra e de todas as suas riquezas, a Agroecologia vem se tornando cada vez mais um elemento fundamental na contraposição a esse paradigma dominante. Apesar da prática e dos saberes serem muito antigos, o termo Agroecologia ainda é recente. Hecht (1993) em sua publicação denominada “A evolução do pensamento agroecológico” ressalta que o termo Agroecologia surge com a necessidade de se diferenciar da agricultura dita como convencional de base industrial agroquímica, porém as práticas da Agroecologia são tão antigas quanto o surgimento da própria agricultura. Ainda segundo Hecht (1993) as primeiras publicações científicas que trouxeram a palavra Agroecologia são datadas em 1928 e 1930 nas obras “Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties chorotypes” (1928) e “Possibilities for international cooperation in agroecological investigations” (1930) escritas por Basil Bensing, dessa forma, o termo

é expandido para várias regiões do mundo, introduzindo o conceito, o método e o uso da terminologia.

No Brasil, esse processo de estudo se inicia através da busca de uma agricultura alternativa, principalmente ao final da década de 1970 a partir de várias pesquisas e movimentos contrários à expansão da agricultura tecnológica industrial. Brandenburg (2002) fala que há três fases fundamentais na trajetória agroecológica no Brasil: i) a emergência de um movimento contra a industrialização da produção agrícola; ii) novos grupos e formas de se organizar socialmente; e iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhada por uma diluição parcial de seus princípios. Segundo Silva (2011) o movimento de resistência e de insatisfação do modelo agrário capitalista que surgiu no Brasil foi muito influenciado pelo movimento europeu, após a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da Rachel Carson em 1962. A obra teve grande repercussão mundial, visto que trouxe à tona os riscos do principal ‘pesticida’ usado na revolução verde, o Dicloro-difenil-tricloroetano (DDT), sendo o texto referência no alerta de como a agricultura química trazia danos ao ser humano e a natureza.

De acordo com Luzzi (2007) ainda na década de 1970 há um processo de fortalecimento dos movimentos e organizações não governamentais ambientalistas. Foram inúmeras iniciativas e articulações criadas na época, porém houveram dois grandes marcos nesse período: a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que passa a centralizar a atuação das agricultoras e agricultores alternativos e mais tarde os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) seguindo a linha de crítica ao processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira. O nascimento de movimentos como o da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dedicados à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo também foram fundamentais. É nesse momento que a Agroecologia além de ciência e prática vai se constituindo também movimento.

Nesse sentido, o movimento agroecológico no Brasil vai ganhando forças, através da criação de uma identidade contra hegemônica proporcionada pela criação de associações locais, articulação com outros movimentos e diversas outras formas de refletir processos coletivos de mobilização. Assim, em 2002 é realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), possibilitando, pela primeira vez, um panorama da

diversidade das experiências agroecológicas existentes no país. O encontro foi realizado no Rio de Janeiro e contou com mais de 1000 pessoas. O principal resultado desse encontro foi a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como forma de comunicar e fortalecer a Agroecologia no Brasil (LUZZI, 2007). Mais tarde, no ano de 2004 é criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) realizado em Porto Alegre, sendo criada visando reunir profissionais e estudantes, na busca de construção do conhecimento agroecológico. A ABA conta com doze Grupos de Trabalhos, são eles: Agrotóxico e Transgênicos; Campesinato e Soberania Alimentar; Construção do Conhecimento Agroecológico; Cultura e Comunicação; Economia Solidária e Agroecologia; Educação em Agroecologia; Infâncias; Juventudes; Manejo de Agroecossistemas; Mulheres; Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade; Saúde. Em 2006 é realizado o II ENA em Recife, que permitiu grande troca de conhecimentos e sistematização de experiências, foram construídos mapas com as expressões da Agroecologia nas regiões do Brasil e teve como principal eixo a exigência de políticas públicas que fortalecessem as iniciativas e projetos no país.

A aproximação com experiências em Agroecologia latino-americanas fez com que o Brasil pudesse, cada vez mais, construir sua percepção do que é Agroecologia. Siliprandri (2009) lembra que o discurso sobre a Agroecologia passou a ganhar espaço na academia e na pauta do Estado a partir do momento que há a criação de programas de apoio de crédito, pesquisa, assistência, capacitação e comercialização em nível municipal, estadual e federal. Atualmente, a concepção mais usada é a de que a Agroecologia é prática, movimento e ciência. Para Wezel (2009) há uma ligação entre uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para alcançar os objetivos e uma forma de produzir o conhecimento (a ciência).

Para Machado e Machado Filho (2017) a Agroecologia como uma prática, viabiliza a conexão entre conhecimento tradicional e científico por meio de tecnologias no cotidiano dos agricultores e agricultoras no sentido de produzir alimentos livres de agrotóxicos. Na concepção de Leff (2002) o saber agroecológico é o bem primordial na construção de um novo paradigma produtivo, permitindo a possibilidade de produção de alimentos conjugada à natureza e não à indústria. Tal saber proporciona propostas de ação

social de enfrentamento à lógica perpetuada pelo modelo produtivo hegemônico industrial, dando suporte a substituição para uma “agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável” (LEFF, 2002, p. 39). Assim as experiências agroecológicas permitem visualizar uma Agroecologia de condições diversas, de múltiplos saberes e conhecimentos, de inúmeras práticas culturais, de diferentes sujeitos e principalmente de diferentes racionalidades.

Diante disso, percebe-se que há diferentes concepções de Agroecologia, sobretudo é um conceito em processo de construção. Pereira (2007) ressalta que as experiências em Agroecologia possuem princípios em comum ligados a produção: consórcio de espécies, uso de sementes, manutenção de plantas nativas, incorporação das árvores, dentre inúmeras outras práticas que possibilitam a regeneração ecológica, recuperação do solo, da vegetação e da fauna, possibilitando funções valiosas para o nosso futuro. A Agroecologia incorpora uma visão que integra as dimensões sociais, culturais, ecológicas e políticas que englobam territórios, conhecimentos e sujeitos diversos, possibilitando especificidades em cada experiência praticada. Assim, Luzzi (2007) ressalta que vai se desdobrando um grande interesse e participação social no processo de construção da Agroecologia: “Várias pessoas e grupos sociais passam a identificar na Agroecologia um caminho para fortalecer suas reivindicações e alcançar seus próprios objetivos” (LUZZI, 2007, p. 04).

Nesse sentido, pensar em uma transição de modelo convencional para a Agroecologia, não se trata de um processo repentino apenas de mudança de hábitos, e sim de um processo de longo prazo. Assim, a transição deve ser realizada de forma multilinear e gradual de mudanças para agriculturas mais sustentáveis. Primavesi (2012, p. 35) colabora com o pensamento trazendo sua compreensão de que “Agroecologia não é simplesmente fazer um milagre ecológico; é trabalhar como a natureza trabalha”. Nesse sentido, a transição para Agroecologia considera processos, aprendizados, construções que vão além do nosso tempo. A partir do momento que agricultura capitalista é questionada já está existindo um processo de transição, referente à dimensão da mentalidade, primeiro passo fundamental na busca por um novo paradigma, valorizar os conhecimentos populares ligados aos camponeses/as, indígenas e povos tradicionais, que

sempre praticaram uma agricultura vinculada à natureza, bem como considerar a superação das colonialidades.

Dessa forma, Quijano (2007) sublinha que o colonialismo e a colonialidade atendem a necessidade do capitalismo, configurando assim um universo de relações intersubjetivas de dominação eurocêntrica. O colonialismo continuou sob a forma de colonialidade de poder e de saber, apesar do colonialismo ter terminado, permaneceu a colonialidade. Mignolo (2003) coloca que a colonialidade se reproduz em três dimensões: do saber, do poder e do ser; para o autor o processo descolonial “(...) é reinscrever na história da humanidade o que foi reprimido pela razão moderna, em sua versão de missão civilizadora ou em sua versão de pensamento teórico negado aos não-civilizados” (GILROY *apud* MIGNOLO, 2003, p. 158).

A colonialidade de poder se estabelece na medida em que há processos dentro da sociedade que fortalecem a dominação sobre tudo que é produzido intelectualmente, religiosamente e simbolicamente, guiadas por uma única lógica (QUIJANO, 2007). Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001, p. 218) ressalta que “Assim, o pensamento moderno europeu coloca-se a si próprio como um saber superior no mesmo movimento que qualifica todos os outros saberes como locais, regionais ou provincianos.” Diante disso é criada uma relação de poder subalternizando os sujeitos que não se encaixam nos moldes da sociedade eurocêntrica. Dessa maneira, esse pensamento moderno ocidental vem promovendo a unilateralidade do ser, influenciando culturas, religiões, estéticas, dentre inúmeros outros padrões pelo mundo, moldando, portanto, toda a existência humana, assim observa-se mais uma interface da colonialidade: a do ser, trata-se, portanto, da experiência das pessoas frente aos processos de colonização.

Já a colonialidade do saber traz a reflexão, considerando que a colonialidade reverbera uma herança cultural, cognitiva e epistêmica materializada no eurocentrismo. Esse processo influencia em grande parte a produção intelectual, colocando o eurocentrismo, como único conhecimento válido na modernidade (CRUZ, 2017). Shiva (2003) cita que os saberes locais desaparecem quando interagem com o saber ocidental dominante, através da negação de sua existência. Para a autora isso fica claro na análise do sistema de globalização na qual a sociedade está inserida, em que o saber ocidental é tido como universal. Para Cruz (2017) para superar as narrativas coloniais é preciso

repensar a forma ao qual o tempo, o espaço e as diferenças são concebidos, buscando pensar que existe uma multiplicidade de vozes, temporalidades e histórias.

Assim, a ecologia de saberes defende um processo coletivo de produção de conhecimentos que reforcem as lutas pela emancipação social, reconhecendo uma infinita pluralidade dos saberes. Há processos plurais que estão sendo deixados de lado, nas mais diversas áreas de conhecimentos, por um desperdício da experiência. É nessa categoria que a ecologia de saberes tem seu papel fundamental na ampliação do presente, identificando as experiências marginalizadas que sobreviveram ao epistemicídio e tornando-as alternativas às monoculturas dominantes.

A difusão de uma ciência universal estreita ainda mais o confronto entre as práticas dominantes unilaterais e as práticas diversas colocadas à margem. Nesse sentido, criam-se fragmentações que provocam a monocultura mental que impedem alternativas locais de saber. Shiva (2003) reflete que primeiro as monoculturas invadem a mente para depois irem para o solo, destruindo a diversidade presente e propagando o discurso do progresso. Para Pereira (2005) à medida que as sociedades foram se organizando levou-se a uma grande transformação dos ambientes e valorização de uma racionalidade hegemônica, assim como contribuiu para a desvalorização dos saberes das populações que se organizam sob outras racionalidades, como é o caso dos agricultores e agricultoras quem mantêm os ambientes conservados. De um lado observa-se o conhecimento de uma agricultura moderna tecnicista de outro uma agricultura popular, diversa e aberta a trocas e diálogos. Nunes (2006) anuncia que esse processo não se resume em desqualificar a ciência, mas sim a definição da relevância de que outros modos de conhecimentos têm sua função e legitimidade, podendo até esses conhecimentos serem antagônicos. Nesse processo histórico os grupos subalternizados resistiram, resistem e re-existem ao processo colonial de dominação.

A Zona da Mata pernambucana resiste: o Assentamento Nova Canaã e seu embate com o cultivo de cana

Diante do que foi exposto anteriormente, diversas organizações, instituições, movimentos, territórios e pessoas tem debatido essas questões e constituído verdadeiros embates com os monopólios de terras. Nesse sentido pensar em reforma agrária é essencial

quando se fala nesses monopólios, visto que é somente através dela que podemos vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária territorialmente, como bem aponta Alentejano (1998, p. 02) “uma ampla reforma agrária poderia ser capaz de reverter este quadro, possibilitando moradia, trabalho e cidadania a essa massa de explorados e excluídos.” A formação dos Assentamentos rurais é impulsionadora nesse processo de contraposição a esse sistema hegemônico, visto que são nesses territórios que são encontrados muitos moradores e moradoras com saberes heterogêneos e que refletem múltiplos processos de vida. Fabrini (2003) retrata que o Assentamento é um espaço de continuidade da formação política e das lutas dos camponeses e camponesas junto aos movimentos sociais. Segundo o autor, a luta continua mesmo existindo o Assentamento, é uma luta do camponês e da camponesa em criar o seu lugar de existência. Por outro lado, Leite et al. (2004, p. 11) dizem que o assentamento rural é “um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente”.

Nesse sentido, um desses Assentamentos que questionaram o sistema agrário vigente foi o Nova Canaã, território foco desse trabalho, parte do chamado “Engenho Prado”. Tal Assentamento está localizado no município de Tracunhaém na Zona da Mata norte de Pernambuco. Segundo o último censo do IBGE, o município de Tracunhaém possui cerca de 13.055 habitantes, na qual estão distribuídos em 135.496 km², está localizado a 55 km da capital Recife e tem como principal fonte de renda o comércio e as atividades voltadas ao cultivo de cana-de-açúcar. De acordo com os dados de pesquisa do INCRA divulgados no ano de 2015, cerca de 143 famílias são assentadas no município de Tracunhaém, na qual ocupam cerca de 1.754 hectares. Essas famílias estão assentadas em três assentamentos rurais, fruto da ocupação das terras do Engenho Prado: Nova Canaã, Chico Mendes e Ismael Felipe.

Segundo Silva Junior [s.d.] a história do Assentamento Nova Canaã tem um marco em fevereiro de 1997 com a primeira ocupação de terra no complexo de Engenhos Prado. Segundo relatos, cerca de 300 famílias apoiadas pela CPT Nordeste participaram dessa ocupação. O principal objetivo era a desapropriação do imóvel pertencente ao grupo João Santos, para fins de Reforma Agrária, visto que essa área por mais de 30 anos não estava sendo usada para produção. De acordo com agricultor e acampado, a primeira ocupação foi feita por um grupo muito diversificado de pessoas de distintas profissões e territórios: “Tinha muita gente, de todo tipo, tinha gente que era daqui mesmo e cortava cana. Outro povo num

tinha onde morar e veio pra cá. Também tinha uns que já morava aqui e plantava agricultura” (AGRICULTOR E ASSENTADO 1, 2019)

Segundo dados da CPT NE (2013), esse primeiro acampamento foi organizado em cerca de 500 hectares e contavam com 210 crianças e 450 adultos que logo iniciaram o cultivo de seus alimentos na terra. Assim se organizaram em comissões para facilitar a limpeza, alimentação, vigilâncias e outras demandas que aparecessem no dia a dia. O primeiro passo, portanto, foi levantar o barraco, depois construir a cozinha comunitária, logo em seguida construir um espaço que ia servir de escola e reunião, e começar a produção de alimentos. Fernandes (2013, p. 267) caracteriza o acampamento como um espaço de luta e resistência. Para o autor “A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades.” Assim, o momento de acampar é a oportunidade de muitas famílias para reivindicar juntas, condições dignas de vida.

A cartilha “A re-volta dos camponeses e camponesas: a luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997-2005” elaborada pela CPT NE (2013), traz a reflexão de que a história do acampamento nas terras do Engenho Prado foi marcada por longas mobilizações, audiências, julgamentos, ameaças, despejos e mortes. Em menos de um mês de acampamento ocorreu o primeiro despejo. Segundo relatos, representantes do governo do estado tentaram acordar outro local para implantar os Assentamentos, porém os acampados e acampadas não aceitaram e voltaram para as terras do Engenho Prado. Mesmo despejadas, essas famílias retornaram e continuaram a produzir seu alimento na terra, assim garantiam sua comida e impediam que o Grupo João Santos produzisse cana no local. Insatisfeitos com isso, o grupo empresarial entra com uma ação no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais (IBAMA) para reflorestamento da área com bambu como estratégia de garantir controle sob o território e refutar a ideia de que as terras estavam obsoletas.

Amâncio (2006) destaca que nesse momento a CPT começa a questionar o parecer favorável do IBAMA para o reflorestamento, visto que como pode ser considerado um reflorestamento se não existia bambu na área anteriormente? Assim inicia-se uma nova fase nessa história, a CPT convida técnicos de outros estados para verificar a área e o parecer deixa claro que não há nenhum fundamento para reflorestamento de bambu, ao

contrário, existiam áreas de reserva legal ocupada pelo cultivo da cana, e que essas por lei são de mata. Durante o processo de vistoria do IBAMA, o grupo João Santos retoma um processo esquecido entre Usina e arrendatários que outrora moravam nas terras, e assim consegue em 2003 a reintegração de posse. O retorno dessa causa na justiça foi uma estratégia de expulsar as famílias acampadas, dessa forma o acampamento é invadido pela polícia que com a ajuda de tratores destroem a moradia e os roçados (AMÂNCIO, 2006).

De acordo com a CPT (2013), foi um dos conflitos mais violentos na história do Assentamento, assim, durante o enfrentamento os acampados e acampadas decidiram fazer uma linha de frente com as crianças que viviam no acampamento, visando um recuo da polícia nas suas terras. Porém, pouco adiantou e a polícia continuou a destruição de tudo que foi construído. Uma das agricultoras e acampadas conta que foi um momento muito difícil: “Foi tanta luta, foi um processo, foi tanto despejo, enfrentar as polícias foi muito difícil. A gente teve que colocar com as crianças na frente pra eles não atirem, não conseguíamos dormir” (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019).

Mesmo sofrendo despejo mais uma vez as famílias voltam para terra. No mesmo ano ocorre a primeira conquista desses acampados e acampadas: a desapropriação do Engenho Penedinho que também fazia parte do Grupo João Santos. É nesse momento que se forma o primeiro Assentamento (atual Nova Canaã), que abrigaria 39 famílias, ou seja, o Assentamento não teria capacidade para todas as famílias acampadas, conforme relata um dos agricultores e acampados da época: “A gente conseguiu a primeira vitória em fevereiro de 2003 com o Nova Canaã, mas não tinha espaço pra todo mundo não. Aí a gente fez sorteio pra ver quem ia se assentar. Graças a Deus eu consegui. Mas foi muita luta e resistência” (AGRICULTOR E ASSENTADO 5, 2019).

Nesse sentido, a desapropriação do Engenho Penedinho não foi suficiente. As pessoas tiveram que fazer sorteio na tentativa de deixar mais justo a escolha de quais famílias iriam ser assentadas nesse momento. O depoimento acima, demonstra que foi um momento muito tenso, visto que a luta era uma só e nem todas as pessoas tiveram a oportunidade de ter suas moradias fixas, continuando, várias delas residindo e produzindo embaixo da lona. Apesar da criação do primeiro Assentamento, as famílias foram despejadas mais três vezes, novamente tem suas moradias e roçados destruídos, porém continuaram a resistir e permaneceram nas terras. Assim, em 2003 o Assentamento Nova

Canaã é oficialmente criado pelo INCRA. Um dos assentados relatou que o nome “Nova Canaã” foi escolhido devido à semelhança da luta dos acampados e acampadas com a passagem cristã da chegada do povo de Israel à Canaã, a terra prometida por Deus. Dessa forma esse Assentamento passa a contar com 461,23 hectares e perímetro de 9.073,64 metros, divididos em parcelas produtivas, açude, agrovila, área comunitária, área de preservação permanente (APP), reserva legal e estradas. São 44 parcelas com área líquida de 307,35 hectares. O açude corresponde a 3,42 hectares, a agrovila com 20,53 hectares, a área comunitária 2,17 hectares, reserva legal com 82,53 hectares, APP com 31,20 hectares e estradas com 14,00 hectares.

Atualmente o Assentamento Nova Canaã tem 55 famílias: assentados e assentadas da reforma agrária – esses moradores e moradoras do assentamento são pessoas que estavam no acampamento e ganharam o sorteio, mais agregados como filhos e filhas que construíram sua casa junto de seus familiares, bem como pessoas que de alguma forma entraram com o decorrer dos anos. Todas as famílias dispõem de casas com energia elétrica e água encanada. Todas as atividades de formação, conversas e reuniões são realizadas na sede da associação. O Assentamento é constituído por: agrovila, APP, reserva legal, parcelas de produção, sede da associação, igrejas, cozinha comunitária e biblioteca comunitária. A história do Assentamento Nova Canaã, é a exemplificação de várias mobilizações que acontecem na Zona da Mata pernambucana contra o sistema opressor de cana. A luta de ocupação no Complexo dos Engenhos Prado foi emblemática, sendo manchetes de vários jornais importantes da época. Dessa forma, a história da luta ficou conhecida por todo estado, até hoje inspirando re-voltas e ocupações na busca de garantias do direito de viver na e da terra.

Ainda há o questionamento referente a cana presente dentro do Assentamento, visto que, algumas famílias optam por produzir alimentos agroecológicos para consumo e cana para venda. Porém, muitos assentados e assentadas relataram em entrevista que a cana destrói a força e a potência de se produzir agroecologicamente, demonstrando uma mudança de pensamento, em um processo de descolonização. Como bem relata um dos assentados que nos conta sua experiência: “É muito difícil plantar com essas cana aqui em volta. Vê também que várias pessoas ainda não mudaram esse pensamento de colocar veneno nas plantas. Eu mesmo nunca gostei dessa cana, ela só traz dor de cabeça”

(AGRICULTOR E ASSENTADO 6, 2019). Nesse sentido essa busca por sair da lógica hegemônica é uma resposta que entendemos estar ligada à perspectiva da ecologia de saberes, visto que permite o protagonismo dos assentados e assentadas em discutir essa problemática e em pensar estratégias, alternativas de forma que a ruptura com o processo colonial vá acontecendo. É assim, criado então, um primeiro caminho de emancipação, resistência e ruptura do pensamento colonial, visto que, mesmo diante do monocultivo de cana ao redor de todo Assentamento, várias famílias já optaram por produzir alimentos sem venenos.

Nesse contexto, a diversidade de trajetórias de vida, de saberes e percepções permitem a criação de uma pluralidade de propostas e ideias de ações coletivas, fazendo essas pessoas se sentirem parte daquele território. É o exemplo de uma das assentadas entrevistadas quando questionada sobre sua relação com o Assentamento: “Aqui é o meu lugar, eu não me vejo em outro canto não, minha vida tá ótima. Aqui todo mundo pode dar opinião, num tem isso de só presidente e tudo mais não, cada um pode falar o que quiser para solucionar os problemas” (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019).

Diferentemente da maior parte da organização espacial dos Assentamentos da Zona da Mata de Pernambuco, divididos em lotes isolados, o Assentamento Nova Canaã é demarcado em forma de agrovila, o que promove, ainda mais, o processo de coletividade. Essa forma de organização espacial permite que as casas possam ser construídas perto uma da outra, facilitando a realização de atividades comunitárias em prol do funcionamento da área comum do Assentamento. Destaca-se mais uma dimensão associada à Ecologia de Saberes: a diminuição do pensar individual com base em uma decisão para a diversidade do pensar coletivo. “A gente soma a fala de todo mundo, une as ideias para que seja bom pra todo mundo, né, pro Assentamento todo. Quando um fala aí o outro complementa, já dá outra ideia e tem que ser assim” (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019). Nesse sentido, o processo de organização interna é pautado nesse coletivo. Todo mês há uma reunião geral, na qual debatem sobre o que se precisa organizar no Assentamento, de forma a propor melhorias estruturais, sociais e econômicas. Os eventos, encontros e reuniões em prol do Assentamento acontecem na sede da associação. A sede da associação também recebe todas as reuniões e eventos que envolvem a universidade, movimento, data cristã e visitas em geral. A manutenção da área comum do Nova Canaã é feita em forma de mutirões, opção essa que tem como

objetivo a busca pela integração do grupo, o aumento da mão de obra e diminuição do tempo de serviço. Essa manutenção pode ser a reforma ou construção de uma área comum a todos e todas, a capina da única estrada que dá acesso ao Assentamento, manutenção da rede elétrica, dentre outras demandas apresentadas.

Outro ponto observado é a diversidade de alimentos, se de um lado a produção de cana proposta por essa agricultura técnica/colonial exige que o agricultor e a agricultora plantem somente uma espécie e venda para um único comprador por um preço ínfimo, de outro a Agroecologia busca a diversidade de alimentos que pode ser vendido e/ou consumido. A venda direta desses alimentos em feiras, aqui representados pelo Assentamento Nova Canaã nas feiras de Araçoiaba e Carpina aos sábados e Tracunhaém aos domingos, proporcionam trocas de experiências e saberes dos agricultores e agricultoras entre si e com os consumidores e consumidoras, além da divulgação e promoção da Agroecologia nos diversos espaços. Esse retrato representa grande parte das famílias que diversificam sua produção no Assentamento Nova Canaã, a maior parte da colheita é para consumo e o excedente é vendido. Algumas famílias juntam suas produções para levar esses alimentos em uma única condução para feira. Ainda assim, a maioria das famílias não está ligada à produção sob lógica do mercado capitalista, o maior intuito da produção ainda é a alimentação. Vários agricultores e agricultoras produzem agroecologicamente, em uma relação de observação e cuidado com a terra. Em uma das parcelas visitadas, somente ao redor de sua cisterna de produção, foi possível mapear mais de trinta variedades de frutíferas, hortaliças e leguminosas.

Durante a pesquisa foi perceptível que as assentadas entrevistadas preferem produzir agroecologicamente em seus quintais ao redor da casa, diferentemente dos assentados entrevistados que preferem praticar a Agroecologia na parcela. Essa relação das mulheres com os quintais é mais um elemento, conforme sinaliza Esmeraldo et al. (2017, p. 317) rompe com o sistema hegemônico trazendo os saberes das mulheres: “Os “quintais” significam elementos de ruptura com a lógica neutralizadora de saberes do sistema hegemônico” (ESMERALDO et al., 2017, p. 317). Isso porque, esses quintais, muitas vezes, são os lugares que permitem a autonomia econômica, a troca de saberes, o aumento da autoestima da mulher, a relação de solidariedade com as famílias vizinhas e principalmente a diversidade alimentar. Dessa maneira, compreende-se que o quintal

proporciona muitas possibilidades “Nessa perspectiva os “quintais” apresentam conteúdos para a promoção da soberania e segurança alimentar, tais como o acesso a alimentos de qualidade, a valorização da biodiversidade, manejo e gestão de sementes vegetais e de animais” (ESMERALDO et al., 2017, p.324). De acordo com uma das entrevistadas, o quintal é o espaço mais importante de quem vive na terra: “A parcela fica muito longe, como eu vou poder ver se alguma planta está precisando de alguma coisa? Pra quem tem um pedacinho de terra assim de lado da casa, que nem eu, o quintal é o lugar mais importante” (AGRICULTORA E ASSENTADA 9, 2019).

A diversidade agroecológica permite interações e equilíbrio entre plantas, animais e pessoas, proporcionando a produção de alimentos saudáveis, troca de experiências e saberes, renda familiar, soberania e segurança alimentar, conservação da natureza e a dependência mínima do sistema opressor capitalista. Essa diversidade presente no território é ponto-chave da resistência camponesa. Isso porque ela permite diversos benefícios nos âmbitos sociais, ambientais, econômicos e o mais importante atua na visibilização dessas pessoas e de suas atividades que muitas vezes tem suas histórias apagadas pela cana e seu sistema opressor. Assim, chama atenção o depoimento que segue: “É como se não tivesse camponeses e camponesas, só usina e trabalhador assalariado da cana então a lógica, o olhar dessa forma esconde várias realidades, várias possibilidades e várias situações que estão ocorrendo na Zona da Mata” (AGENTE PASTORAL 2, 2020).

O sentimento de opressão, proporcionada pelo monocultivo de cana, está presente em várias falas de quem vive na terra. O monocultivo tenta calar uma diversidade de vozes que ecoam no Assentamento Nova Canaã. Porém, é no dia-dia na terra que essas pessoas reproduzem seus sabores, seus saberes, recriando e reproduzindo o modo de vida camponês, sendo este também um processo de resistência. Nesse sentido, a experiência do Assentamento Nova Canaã mostra que quando se fala de questão agrária ainda existem desafios a serem superados, principalmente quando se está em um território como o da Zona da Mata Pernambucana que ainda tem a cana como dominadora da paisagem. Cosme et al. (2020) observa duas faces distintas das terras brasileiras, de um lado uma propriedade privada capitalista que concentra terras e explora as pessoas e de outro uma

propriedade ancorada no trabalho familiar camponês, sem exploração de pessoas e sem a dinâmica de lucro capitalista.

A conquista da terra permitiu uma condição de vida bem melhor do que quando se trabalhava no monocultivo agroquímico da cana, o que se percebe que é muito comum na fala dos sujeitos envolvidos na experiência. Apesar dos desafios ainda serem grandes, a experiência presente no território evidencia que é possível assumir alternativas para além da dependência da cultura agrícola da cana-de-açúcar. A descolonização das mentes é um processo realizável e está em curso em muitas experiências de luta de camponeses e camponesas. Assim relata um dos agricultores, ex cortador de cana da usina: “Eu trabalhava era dentro da usina, vivia pra cortar aquelas canas. Era um tempo muito ruim. Eu não gostava não, trabalhava porque era o que tinha” (AGRICULTOR E ASSENTADO 10, 2019).

Algumas famílias ainda passam pelo processo de transição, por isso nem todas plantam agroecologicamente, visto que a cana na região ainda tem seu poder e para alguns assentados e assentadas é mais fácil vender cana pra usina do que produzir alimentos e levar para vender em outros territórios. Conforme sinaliza um dos assentados que produz cana na sua parcela e alimentos no jardim em volta de sua casa: “A gente usa cana pra consumir e para vender, é mais fácil ter o dinheiro da cana pela usina do que levar sem transporte, sem dinheiro pra vender os alimentos em outro canto” (AGRICULTOR E ASSENTADO 11, 2019). Diante da dialética dentro do Assentamento de se produzir alimentos diversificados e cana-de-açúcar para a usina, a maioria das relações dos agricultores/agricultoras com a terra têm uma forma de respeito e solidariedade ao tempo da natureza. Esse processo cria algumas particularidades que vão em caminhos opostos ao que a agricultura tecnicista/mercantilista vem perpetuando, principalmente na presença de uma relação igualitária e recíproca entre natureza e ser humano.

Um dos desafios para continuidade da Agroecologia no território é o acesso às sementes. Algumas famílias têm seu próprio banco de sementes em casa, que é o caso de uma das assentadas que guarda cerca de 04 variedades de milho, enquanto outros/as compram suas sementes no centro da cidade. Um dos assentados que troca sementes com seus parentes, vizinhos e companheiros, se destaca, nesse sentido, pelo maxixe liso, plantado com a semente trazida pela sua avó da região semiárida, e que sua família vem

cultivando na Zona da Mata desde então. A CPT também disponibiliza algumas sementes para que os agricultores e agricultoras possam dar continuidade à sua produção agroecológica, possibilitando um acompanhamento e atuação nas atividades do Assentamento.

O apoio da CPT Nordeste 2 foi e é essencial para os assentados e assentadas desde o processo inicial da fase de ocupação das terras e formação do acampamento até o momento de conquista do Assentamento. Nesse sentido, as práticas desenvolvidas pela CPT Nordeste 2 no Assentamento também são processos de resistência, visto que há um trabalho de empoderamento camponês e incentivo a permanência na terra. Atualmente uma das práticas desenvolvidas pela CPT no Assentamento Nova Canaã é um projeto de Agroecologia como forma de discutir a permanência, geração de renda e uma vida de qualidade para essas famílias. O projeto visa a formação de cinquenta famílias de três Assentamentos na região. Do Assentamento Nova Canaã sete famílias são acompanhadas pelo projeto, algumas já produziam agroecologicamente, outras iniciaram o processo de transição. Uma das agentes pastorais fala que a CPT não só atua com o projeto no Assentamento, a comissão acompanha a comunidade em sua vida social: “A CPT no momento continua participando da vida social da comunidade, não mais na questão de conquista da terra, mas de permanência na terra, e a proposta do projeto” (AGENTE PASTORAL 1, 2019).

As famílias continuam vinculadas a CPT Nordeste 2, assim participam de atividades estaduais e regionais promovidas pela comissão. Compreende-se, portanto, a CPT como um elemento fundamental da permanência dessas pessoas no território, visto que vários entrevistados e entrevistadas relataram sua importância para as práticas produtivas dentro do Assentamento. Diante da diversidade da experiência apresentada, o Assentamento Nova Canaã é r-existência na Zona da Mata de Pernambuco. Compreende-se por r-existência “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.165). As famílias resgatam seus conhecimentos ao mesmo tempo que somam com o acúmulo de saberes socialmente construídos. Assim, a Agroecologia e ecologia de saberes se mostraram caminhos importantes na luta de resistir e r-existir dentro do Assentamento.

Considerações finais

O sistema mundo moderno colonial estabeleceu padrões sociais, econômicos e políticos que até hoje refletem na sociedade. Esse processo gerou a extinção e invisibilizou os diversos conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades. No presente trabalho, a ecologia de saberes e a Agroecologia se mostraram perspectivas fundamentais na luta contra a hegemonia do pensar/saber e da desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira.

A formação dos Assentamentos rurais na Zona da Mata pernambucana possibilitou a mudança na vida de centenas de famílias. Em consequência da criação dos Assentamentos, a Zona da Mata de Pernambuco apresenta-se hoje como um território mais diversificado em sujeitos, produção e saberes. Nesse sentido, a negação, por parte das agricultoras e agricultores que vivem na região, de fazer parte desse sistema opressor dominante é o ponto principal no processo de resistência e são impulsionadores para o fortalecimento das práticas agroecológicas nesse território. A reforma agrária é chave para garantir o retorno a terra e a possibilidade de retomada de um sistema alimentar com base na Agroecologia.

Nesse sentido, a luta no território ainda é constante, visto que as práticas do monocultivo da cana permanecem arraigadas nas diversas atividades dos indivíduos da região. Ainda assim, a experiência do Assentamento Nova Canaã evidencia que é possível produzir agroecologicamente mesmo tendo a pressão da produção de cana garantindo a compra de toda produção. É uma luta permanente, que não é uma luta pela terra, mas é uma luta de controle do território, de gestão do Assentamento.

A diversidade de alimentos junto aos consórcios nos plantios, a organização espacial, organização política, a autonomia produtiva, os trabalhos coletivos, as sementes crioulas e os grupos de jovens e mulheres são elementos fundamentais na construção da ecologia de saberes e Agroecologia. A Agroecologia e a ecologia de saberes são conceitos ainda em construção, mas diante dos elementos e pautas em comum mostram-se com grande potência na superação dos desafios na desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira. Assim, elas permitem fortalecimento dos territórios, a visibilização dos saberes e re-existência das comunidades.

A Agroecologia vem ganhando cada vez mais espaço na Zona da Mata pernambucana. A atuação dos movimentos, das universidades, organizações e comissões mostram-se essenciais nos incentivos das práticas já existentes. Diante da pesquisa foi possível identificar que boa parte dos agricultores e agricultoras que escolhem e se vinculam a Agroecologia são pessoas construtoras de afetividade com a terra, fortalecidos através das resistências cotidianas.

Todos entrevistados e entrevistadas que fizeram parte da pesquisa, reconheceram a Agroecologia como uma boa forma de se produzir, na garantia de se ter produtos saudáveis, livre de venenos. A busca por alimentos saudáveis foi o principal motivo dos e das que saíram da produção de cana para a Agroecologia. Aqueles e aquelas que participam de feiras declararam se sentirem valorizados, pela forma na qual produzem, nesses espaços de venda e interação com as e os consumidores. A principal dificuldade colocada pelos assentados e assentadas foi a questão de permanência na terra, principalmente pelo difícil acesso à serviços públicos como a educação e a saúde, visto que o Assentamento não possui escola e nem posto de saúde. Dessa forma, essas famílias precisam procurar cidades vizinhas para realizar seus atendimentos, o que evidencia o desafio organizativo político na região.

Durante a pandemia do COVID 19 a Agroecologia permitiu a soberania alimentar com alimentos saudáveis em abundância para os assentados e assentadas, além de que possibilitou os gestos de solidariedade – ‘o povo cuida do povo’ – garantindo a alimentação de outras famílias. Esse processo permite a garantia do direito dos/as camponeses/as em tirar da terra sua alimentação, sendo ela o principal ponto material da reprodução camponesa. A autonomia do Assentamento durante esse período também é um ponto a ser destacado, visto que grande parte das famílias optou por ficar isoladas, possibilitando a visibilidade da não dependência do mercado externo. A experiência mostra a potência dos territórios que sustentam a vida, o Assentamento Nova Canaã aponta caminhos para lidar com outro modelo alimentar, mesmo em tempos de pandemia.

A continuidade ao incentivo da Agroecologia e a valorização dos diversos saberes das e dos camponeses a partir da ecologia de saberes se mostram fundamentais para quebra de paradigmas e desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira. A Zona da Mata resiste e é r-existência!

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

ALENTEJANO, P. Reforma agrária para resolver a crise urbana. **AGB em Debate**. AGB, 1998.

AMÂNCIO, C. **O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Reflectindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã, Tracunhaém - PE**. Tese de Doutorado, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRANDÃO, C. R. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e cultura. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>

BRANDENBURG, A. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Caminhos da agricultura, ANPPAS, 2002.

DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. A. (eds.). **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde** [online]. Brasília: Editora UnB, 2017, 464 p.

DOI: <https://doi.org/10.7476/9786558460510>

COSME, C.; PEREIRA, M. C. A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, Niterói, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a27550>

CPT NE. **Prado: a re-volta dos camponeses e das camponesas: a luta e a conquista da terra dos trabalhadores e das trabalhadoras sem terra no engenho Prado 1997–2005** / [Comissão Pastoral da Terra]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.).

Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.) **Descolonizar o Imaginário: Debates sobre pós - extrativismo e desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante, São Paulo, 2018.

ESMERALDO, G. G.; CAMURÇA, A. M.; VIANA, L. A.; ABRANTES, K. K. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: **Análise de práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias**, Reflexões sobre o Programa Residência Agrária, v. 02, 2017.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Unioeste, 2003.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

HECHT, S. A Evolução do Pensamento Agroecológico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento CLADES**, Rio de Janeiro, n. 1, 1993.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Nead, 2004.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2007.

MACHADO, L.; MACHADO FILHO, L. **A Dialética da Agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MIGNOLO, W. **Histórias Globais, projetos locais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, M. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

NUNES, J. A. Um discurso sobre as ciências 16 anos depois. In: SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, M. C. de B. Reforma agrária e meio ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. **GEOgraphia**. Niterói, ano 7, n. 14, 2005.

PEREIRA, M. C. de B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 685-689, 2012.

PEREIRA, M. C. de B.; SILVA, L.; BRITO, J. Uso da terra a partir do enfoque agroecológico: reforma agrária e meio ambiente. **Revista Brasileira Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (org.). **La guerra infinita: hegemonía y terrormundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latinoamericana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PRIMAVESI, A. Agroecologia: práticas e saberes. In: MENDONÇA, M. (org.), **Agroecologia: práticas e saberes**. Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studie**, 168-178, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502380601164353>

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gala, 2003.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília: UnB, 2009.

SILVA, A. D. Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede In: LIMA, J. R. T. (org.). **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife, Editora: Bagaço, 2011.

SILVA, V. R.; PEREIRA, M. C de B. Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, ed. especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, 358-380, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73408>

SILVA JUNIOR, J. P. Ocupação do Engenho Prado: do sonho à conquista de um pedaço de terra. In: **Movimiento Regional por la tierra**. [s.d.]. Disponível em: <https://porlatierra.org/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**. v. 29, n. 4, Germany: Springer Verlag, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>

Recebido em 25/07/2023.

Aceito para publicação em 06/10/2023.